

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.205 - ano 21 | Janeiro/Febrero de 2018 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Reportagem
Especial: Viana
do Castelo Pag. 8 e 9

Especial
Aniversário:
27 anos ANBP Pag. 6

Estatuto Profissional do Bombeiro

Ministro da Administração Interna
garante a ANBP/SNBP proposta
legislativa até março

SERÁ DESTA?



Pub

4min. 10min. 15min. 20min. 10litros

Tlf: 21 926 72 40 - Tlm: 96 708 25 24 - Email: etopi@etopi.pt
Rua Thilo Krassman, Nº 2 - Lote C - 2710-141 Abrunheira/Sintra

ETOPÍ[®]
www.etopi.pt

Crafter. O melhor parceiro para salvar vidas.



TRAÇÃO TOTAL
4MOTION

Com motor TDI de 177cv.

Quando o dia a dia é arriscar a vida para salvar a dos outros, é preciso um veículo preparado para enfrentar as condições mais adversas. Por isso desenvolvemos a Nova Crafter com 177 cv de potência, tração total 4Motion, airbag duplo, bateria e alternador reforçados, luzes de leitura e duas luzes de nevoeiro traseiras com a opção de bloqueio do diferencial traseiro, para garantir que nem as situações mais difíceis são impedimento para o sucesso.

A Crafter vem de fábrica preparada para receber facilmente a transformação em Ambulância, com as exigências do caderno de encargos PEM (Posto de Emergência Médica). É o melhor parceiro que pode encontrar.

Volkswagen Veículos Comerciais. Pura Qualidade desde 1950.



Veículos
Comerciais

editorial

Foto ANBP



Por Fernando Curto,
Presidente da ANBP

...e em Portugal quem apaga os fogos é a GNR!!!

Há algo que nos parece anormal na sequência das declarações públicas dos nossos governantes.

Mais 600 GNR's para todo o País e com funções de combate aos incêndios e também na estrutura nacional da pro-

teção civil.

É, sem dúvida, **ANORMAL** que GNR's recebam formação de bombeiros e termos por todo o País esquadras sem GNR's para desempenharem as suas funções que é a **SEGURANÇA** da populações e dos seus bens!

São estas opções que têm prejudicado o País! Para os bombeiros, voluntários e profissionais, **NUNCA** há dinheiro, **NUNCA** é necessário profissionalizar, apesar de ser uma das conclusões de **TODOS** os Grupos de Trabalho.

E, claro, estamos todos expectantes com as propostas que o Ministério da Administração Interna tem para apresentar aos bombeiros voluntários e profissionais.

Depois de mais de dez anos à espera pelo **ESTATUTO PROFSSIONAL**, depois das conclusões de **TODOS** os Grupos de Trabalho, e após a catástrofe de 2017, os bombeiros profissionais estão preparados para **LUTAR** com todas as suas forças porque **NÃO** vamos deixar que nos **IGNOREM** e **MUITO MENOS** que não sejamos **OUVIDOS** em matérias que nos dizem **DIRETAMENTE** respeito.

Tudo faremos para, de uma vez por todas, termos a legislação que se exige para podermos socorrer muito melhor as populações, salvaguardar o património do nosso País e garantir uma carreira digna que Governos após Governos, em mais de dez anos, teimosamente continuam a adiar.

No meio de todas estas

indefinições e tempo de espera nunca é demais referir o modo **EXCELENTE** como fomos recebidos pelo Senhor Ministro da Administração Interna, tendo mesmo o governante concordado com as nossas reivindicações, assim como as posições que o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil manifestou para com os bombeiros profissionais, aquando da reunião havida nesse mesmo dia com os Presidentes de Câmara do Distrito de Santarém.

Os bombeiros profissionais estão **CANSADOS** de tantas politiquices, o País está cansado de tanta inércia para com os bombeiros profissionais e **URGENTE** que os governantes assumam a modernização da atuação dos bombeiros. E não esquecer que a primeira intervenção, a formação e a disponibilidade são fatores primordiais para garantir a **SEGURANÇA** das populações.

Porém, os sucessivos Governos não assumem esta necessidade e, claro, corremos o risco de continuar a assistir a catástrofes como aquelas que tem ocorrido no nosso País com o risco de vida e as mortes quer dos bombeiros quer da população.

Basta!



Mais

■ O governo apresentou a 22 de janeiro a estratégia de reflorestação da Mata Nacional de Leiria. Um plano que vai ficar concluído até ao mês de julho.

■ Os bombeiros municipais de Santa Cruz, na Madeira, celebraram 89 anos de existência. A data ficou marcada com a inauguração da central no quartel e com o anúncio do presidente da autarquia da intenção de promover uma nova recruta de efetivos.

■ O Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal vai ser reforçado em 189 concelhos. A intenção do Governo é apostar em mais 451 antenas satélite nas áreas com elevado risco de incêndio

Menos

■ A Polícia Judiciária concluiu que dois incêndios que deflagraram em outubro e que queimaram mais de 80% do Pinhal de Leiria tiveram origem criminosa. Num desses incêndios foi utilizado um engenho artesanal mas ainda não foram identificados os autores do crime.

■ Precaridade nos bombeiros: a Câmara Municipal da Mealhada vai contratar cinco sapedores florestais em regime de contrato de prestação de serviços, mas na modalidade de avença.

■ Dos 308 municípios portugueses, 57 não têm Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovados. A revelação foi feita pelo Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, a 17 de janeiro, na Comissão da Agricultura e do Mar.

Este jornal está escrito
ao abrigo do novo
acordo ortográfico

Consulte o nosso site
em www.anbp.pt e o
nosso Facebook

ficha técnica

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais
Instituição de Utilidade Pública

Diretor
Filomena Barros

Diretor-Adjunto
Sérgio Rui Carvalho

Redação
Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva

Fotografia
Gab. Audiovisual ANBP

Gratismo
João B. Gonçalves

Paginação
João B. Gonçalves

Publicidade
Dulce Aires

Impressão
Gráfica Funchalense

Propriedade
Associação Nacional
de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200
Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem
25 000 exemplares

registo n.º 117 011
Dep. Legal n.º 68 848/93

Alto Risco

cupão de assinatura

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tlm.: _____

Email: _____

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho,
Presidente do SNBP

“Cabras Sapadoras”

Bombeiros e Proteção Civil: estado da arte

Para poder falar desta realidade e tentar perceber o modelo atual que se quer para os bombeiros, vou fazer um pequeno resumo do estado da arte:

Realidade atual

Bombeiros Sapadores: há falta de pessoal, de equipamentos, estatuto profissional, situação esta que se tornou normal desde o ano de 2002.

Bombeiros Municipais: o cenário repete-se, mas com a agravante de algumas centenas de assistentes operacionais e assistentes técnicos que exercem as funções de bombeiro e que não estão na carreira adequada nem com o vínculo adequado.

Força Especial de Bombeiros: cada vez são menos, faltam equipamentos, estatuto profissional, situação esta que decorre desde a data da sua criação.

Bombeiros Profissionais das Associações Humanitárias: sem carreira, sem acordo coletivo para o setor, problemas laborais e conflitos entre o que é o trabalho em voluntariado e o trabalho como profissional, o mesmo de sempre.

EIPS: estão a ser criadas mais equipas de intervenção permanente nos corpos de bombeiros, mas uma equipa não trabalha 24 horas sobre 24 horas. Continuamos a “achanatar” a profissionalização, para não falar no tipo de contrato destes bombeiros e da sua salvaguarda laboral.

Bombeiros Voluntários: cada vez em menor número, e quando falo em bombeiros voluntários são aqueles que são mesmo só voluntários.

Sapadores Florestais: uma

realidade que já existia, mas que agora vemos surgir com precaridade laboral, contratos em regime de avença, alguns promovidos por autarquias, quando o país está a regularizar os trabalhadores precários da função pública não se entende a razão pela qual não são considerados uma necessidade permanente. Mais uma vez, estamos a “achanatar”!

Os operacionais que prestam serviço no CDOS e no CNOS, sem carreira, estão numa grande precaridade laboral, uma grande confusão onde chegamos ao ponto dos CODIS e sua estrutura estarem também eles em precaridade.

Escola Nacional de Bombeiros: nem vale a pena falar. Mantém a indefinição de sempre.

No final de tudo isto, vemos a evolução que decorre do compromisso nacional que todos os responsáveis políticos assumiram após a catástrofe que foram os incêndios de 2017. Passamos às medidas positivas para o setor:

- Integração de mais 600 elementos da GNR nos GIPS e SEP-NA: sendo uma medida positiva para a GNR, em nada resolve os problemas das estruturas anteriormente referidas. Com esta medida, continuamos na mesma.

- Aprovação de legislação que dá competências às autarquias e responsabiliza os municípios para garantirem a fiscalização da limpeza e manutenção das faixas de segurança. Esta medida também não resolve os problemas anteriores. É boa para o país, mas as autarquias, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, contestam medida e já se estão a por de fora.

Para culminar e resolver o problema de falta de bombeiros, sejam eles sapadores, municipais, profissionais das associações humanitárias e até mesmo sapadores florestais, são criadas as “cabras sapadoras”. Trabalham 24 horas, voluntariamente, não reclamam carreiras, horário extraordinário, higiene e segurança no trabalho, equipamentos, não são encargo para a segurança social nos regimes de reforma e aposentação, não reclamam carreira de risco e de desgaste rápido...uma boa medida, se tudo o resto que está mal, também tivesse a celeridade e o arrojo nas medidas que são necessárias implementar.

Como dizem os bombeiros municipais, e bem, “só nós, bombeiros municipais, é que não podemos ser sapadores, porque até as cabras já o são”!

A vergonha continua e o setor continua a não valorizar os seus homens e mulheres, que são eles o pilar fundamental do socorro.

Todos nos já percebemos que está criada uma grande confusão com tudo isto. As medidas propostas por todos para o setor onde se inclui a Comissão Técnica Independente- apontam para a profissionalização e, ao contrário do que devia ser, vemos mais precaridade laboral, vemos carreiras indefinidas, o completo oposto do que é uma estrutura profissional de socorro.

Uma profissão não é só o vencimento. Uma profissão tem requisitos. Não posso aceitar que os mesmos de sempre, que estão no setor há dezenas de anos, invoquem questões económicas para justificar a manutenção do modelo atual de funcionamento dos bombeiros.

Será que os responsáveis políticos acham que a profissionalização do setor, tal como indicam todos os relatórios, é uma questão de nome e por isso chamaram “cabras sapadoras” e não apenas cabras? Será, afinal, a profissionalização apenas uma questão do nome que se dá às coisas? Se as “cabras sapadoras” morrerem em combate, não vão ser notícia de primeira página nem vão ser incómodo para o poder político e a sua família não terá direito a indemnização.

Problema resolvido!
Por último, como bombeiro sapador de carreira, refiro o seguinte: imaginem se os bombeiros sapadores também arranjassem um nome para os políticos profissionais que intervêm no âmbito dos incêndios florestais?

“Quem não se sente, não é filho de boa gente”!

coimbra



Câmara de Coimbra reúne-se com ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se, dia 5 de janeiro, com a vereadora de recursos humanos da Câmara Municipal de Coimbra, Regina Bento, para discutir a aplicação no município do artigo 18º do Orçamento de Estado para 2018, o qual prevê valorizações remuneratórias, nomeadamente: “a) Alterações obrigatórias de posicionamento

remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão; b) Promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos, incluindo nos casos em que dependam da abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respetivas categorias de acesso.”

aljustrel



ANBP/SNBP reuniram-se com direção e bombeiros da A.H.B.V. Aljustrel

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se, no dia 16 de fevereiro, com a direção e com os bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljustrel.

Durante a reunião, foram abordados os problemas que afetam o setor dos bombeiros e as propostas a apresentar e discutir com a direção da corporação, onde se destacam o

enquadramento do horário de trabalho nas 12 horas, a revisão do valor do subsídio de alimentação e outros assuntos de especial relevância para os bombeiros.

ANBP/SNBP têm vindo a desenvolver trabalho junto das direções dos corpos de bombeiros e dos bombeiros, seus associados, para, através do diálogo, contribuir para a melhoria das condições de trabalho e melhoria das relações laborais.

reunião MAI



► Os dirigentes da ANBP, Fernando Curto, Domingos Morais, Arnaldo Lopes e Carlos Ferreira reuniram-se com o Ministro Eduardo Cabrita

Nova proposta de Estatuto Profissional prevista para março

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, pretende apresentar uma proposta legislativa para a revisão do jurídico dos bombeiros e reorganização do setor, até ao final do mês de março.

Foi essa a garantia dada à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e ao Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais na reunião ocorrida no dia 6 de fevereiro, no Ministério da Administração Interna.

O documento tem vindo a sofrer avanços e recuos na sua aplicação. A última proposta conhecida foi elaborada há cerca de um ano pelo então secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, e não reunia os pontos defendidos pelos representantes dos bombeiros profissionais.

A intenção manifestada agora pelo ministro Eduardo Cabrita vem trazer uma nova esperança para a definição do estatuto profissional do bombeiro.

O presidente da ANBP, Fernando Curto, lembrou que no passado, tinham já tido garantias de solução do problema, o que nunca se concretizou. No entanto, à saída desta reunião, Fernando Curto manifestou-se “satisfeito” com a abertura do governante, mas adiantou que “queremos é que estes diplomas sejam céleres e que produzam efeitos o mais rapidamente possível”.

O responsável lembra que

“há falta de bombeiros profissionais e problemas na progressão de carreiras, sendo que estas deverão ser rapidamente desbloqueadas, para que haja uma resposta mais eficaz, não só no dia-a-dia mas também no dispositivo de combate a incêndios”.

Fernando Curto lembra os incêndios de 2017, considerando que “todas estas lacunas tiveram reflexo na catástrofe”, reforçando que todos os relatórios produzidos sobre os incêndios da região centro apontaram para a “necessidade de profissionalização e formação dos bombeiros”.

Na reunião com o responsável pela tutela dos bombeiros, ANBP/SNBP defenderam ainda a revisão do regime laboral dos elementos da Força Especial de Bombeiros e o enquadramento dos profissionais do CDOS e do CNOS que prestam serviço na Autoridade Nacional da Proteção Civil, a necessidade de criar um enquadramento profissional para os bombeiros profissionais das Associações Humanitárias que salvaguarda as idades de reforma, complementos e que preveja a criação de uma carreira que enquadre esta atividade, o reconhecimento da Carreira de Bombeiro como sendo de desgaste rápido e de risco e a necessidade de revisão da idade da reforma e percentagem da aposentação.

O ministro da Administração Interna foi ainda alertado para a precaridade laboral dos elementos que fazem parte das Equipas de Intervenção Permanente, e para

“é preciso resolver” e para

a necessidade de celebração do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor com a Liga dos Bombeiros Portugueses.

ANBP/SNBP querem fazer parte das decisões para o sector

ANBP/SNBP reclamaram ainda junto do Ministro da Administração Interna, o estatuto de “parceiro integrante” nas propostas para o sector. Mostaram ainda descontentamento com a atual situação, que prevê o “monopólio” da Liga dos Bombeiros Portugueses no que diz respeito à Escola Nacional de Bombeiros e ao Fundo Nacional do Bombeiro.

“Não aceitamos que haja um único parceiro que suporte e que administre o Fundo Social do Bombeiro ou a Escola Nacional de Bombeiros. É a Liga que tem este monopólio e nós não aceitamos esta orgânica, porque tem prejudicado os bombeiros”, defende Fernando Curto

O dirigente de ANBP/SNBP pediu ao Ministro da Administração Interna condições para uma maior “transparência” nas campanhas de solidariedade feitas em benefício dos bombeiros do país, tendo em conta que nas últimas campanhas ocorridas, “supervisionadas pela Liga dos Bombeiros Portugueses, os bombeiros não sabem para onde foi o dinheiro, não sabem em que foi gasto. Estamos a falar de milhares ou milhões de euros. Cabe ao Ministério da Administração Interna, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, supervisionar todas estas campanhas”, defendeu.

Fernando Tavares referiu a necessidade da reabertura das candidaturas, reiterando que “nós temos sido esquecidos pelo poder local, pelo poder

notícias

Orçamento de Estado 2018 prevê revisão do estatuto profissional dos bombeiros profissionais

No artigo 99.º do Orçamento de Estado para 2018, é referido que o Governo vai proceder à revisão do estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local, para a uniformização das carreiras dos bombeiros sapa-

dores e municipais. ANBP/SNBP “congratula-se” com essa posição e esperam que essa negociação seja feita com os sindicatos nacionais da administração local, para a uniformização das estruturas que não são representantes nacionais do setor.

Artigo 99.º

Carreira única de bombeiros profissionais da administração local

Durante o ano de 2018, o Governo, em articulação com as estruturas representativas dos bombeiros, procede à revisão do estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, e matérias conexas, da qual resulte a uniformização das carreiras dos bombeiros sapadores e municipais.

Agricultores e produtores florestais reclamam reabertura das candidaturas para apoios após incêndios

Os agricultores e produtores florestais afetados pelos incêndios de outubro concentraram-se à frente do Ministério da Agricultura, no dia 2 de fevereiro. Um dos objetivos do protesto organizado pelo Movimento Associativo de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midos (MAAVIM), pela Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) e pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) foi pedir a reabertura das candidaturas aos apoios do Estado.

Em declarações ao Alto Risco, o representante do MAAVIM, Fernando Pereira, explicou que as candidaturas para os agricultores afetados pelos incêndios de Pedrógão estiveram abertas durante três meses, enquanto que para os afetados pelos incêndios de outubro, viram um prazo mais curto, até 22 de dezembro.

Fernando Tavares referiu a necessidade da reabertura das candidaturas, reiterando que “nós temos sido esquecidos pelo poder local, pelo poder

central. Muito se diz que todas as ajudas estão a chegar, isto não é verdade, isso é mentira”.

Outras das reivindicações apresentadas durante o protesto são a implementação de medidas urgentes de apoio à reforestação e replantação, bem como a urgência da construção das habitações que ainda não começaram a ser construídas, porque, “ainda hoje se vê pessoas sem-abrigo, pessoas que não têm nada onde ficar, não têm nada para comer, nada para dar aos animais”.

Apoios do Governo

Numa nota enviada à comunicação social no dia do protesto, o gabinete do Ministro da Agricultura refere que já foi aprovado um montante superior a 58 milhões de euros em apoios a 23 262 agricultores. Ainda faltam pagar 45,5 milhões de euros que deverão ser entregues até ao fim de fevereiro, sendo que ainda estão em análise 957 candidaturas.

aniversário ANBP



► Primeira edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, na cidade de Setúbal

ANBP celebra 27 anos!



A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais celebra 27 anos de existência. A 14 de fevereiro de 1991 nascia a instituição com o objetivo de defender os bombeiros e os seus direitos. Os 27 anos de existência simbolizam também quase três décadas de lutas, de avanços, de recuos e de vitórias alcançadas por todos os que constituem a ANBP.

“É a instituição que, por excelência, representa os bombeiros profissionais de todo o país, há quase trinta anos. Um marco histórico para nós”,

lembra Fernando Curto, presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e um dos seus fundadores.

O registo fotográfico das manifestações e das muitas reuniões internas e institucionais realizadas são ilustrativas das lutas e reivindicações.

A estas juntam-se outras fotografias onde a formação e a função pedagógica inerente ao Projeto Zé Baril aparecem em destaque. Desta última, destaca-se o papel que ANBP tem desempenhado, ao longo dos tempos, na formação dos mais novos, junto das escolas, em matéria de prevenção dos riscos na comunidade.

Ao longo do seu percurso, a ANBP foi criando datas e eventos que têm como fim valorizar e dignificar a profissão de bombeiro. A Gala de Homenagem aos Bombeiros e o Dia Nacional do Bombeiro Profissional são disso exemplo, sendo estes os momentos mais marcantes de homenagem aos bombeiros profissionais portugueses, legitimamente representados por esta instituição, já com perto de 30 anos de história.



► Manifestação em Faro, em 2010



► Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta de Betão, em 2004



► Exposição das Edições Alto Risco



► Congresso Nacional de Bombeiros Profissionais, na Figueira da Foz



► Iniciativa Zé Baril em 1996, no Centro Comercial Amoreiras, em Lisboa

notícias

Já abriram as candidaturas para as 100 novas equipas de sapadores florestais

O secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, anunciou a abertura do concurso para a atribuição de vagas a entidades para a formação de 100 novas equipas de sapadores florestais.

Na Comissão da Agricultura e do Mar do dia 17 de janeiro, Miguel Freitas explicou que o concurso, que abriu nesse próprio, destina-se às entidades, como as comunidades intermunicipais ou agrupamentos de municípios, que depois vão proceder à contratação dos 500 efetivos que irão constituir as 100 equipas de sapadores. Esta primeira fase do concurso, para as entidades, vai terminar no final de março e as equipas deverão estar prontas antes do verão.

O secretário de Estado das Florestas referiu que a distribuição das equipas pelo território vai ter em conta, em primeiro lugar, as “zonas de intervenção prioritária em matéria de prevenção da floresta contra incêndios”, consideradas como zonas de maior perigosidade. De seguida, “vamos priorizar aquilo que são as zonas de maior valor patrimonial, quer cultural, quer natural”, bem como a intervenção prioritária nas “zonas protegidas”.

Miguel Freitas avançou que “boa parte destas novas equipas vão ser integradas em brigadas”, que serão constituídas

por três equipas de cinco sapadores, coordenados por um técnico superior florestal.

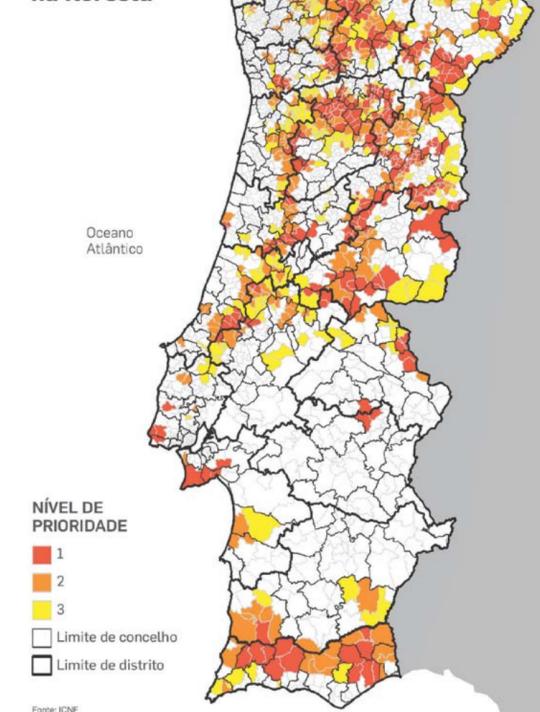
Gabinetes técnicos florestais intermunicipais

Também abriu o concurso para a criação dos “gabinetes técnicos florestais intermunicipais” que “vão definir aquilo que são as zonas homogêneas

do ponto de vista florestal e fazer o planeamento das intervenções nessas unidades”, disse o secretário de Estado.

O objetivo é “fazermos planeamento ao nível intermunicipal” e que é “essencial passar da escala do município para a escala intermunicipal, porque essa é aquela que melhor serve a escala florestal”.

Áreas prioritárias para intervenção na floresta



Governo promete ter bombeiros de intervenção permanente até 2020

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, disse que o Governo vai criar mais equipas de intervenção permanente em todos os municípios

portugueses, até 2020. Eduardo Cabrita acrescentou que vão ser acrescentadas, durante este ano, mais 40 equipas.

O governante fez este

anúncio no dia 13 de janeiro, nas Caldas da Rainha, durante a cerimónia de tomada de posse da direção da Liga dos Bombeiros Portugueses.

ANBP condena utilização abusiva do termo “cabras sapadoras” na designação de projeto do Governo

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais lamenta a designação de “cabras sapadoras” dada pela Secretaria de Estado das Florestas ao projeto que visa a utilização de cabras na gestão de combustíveis nos matos e nas florestas. A ANBP considera abusiva a utilização do termo “sapadores”, uma vez que “o mesmo reporta a uma classe profissional que conta com mais de 600 anos de história em Portugal e que merece o respeito de todos e sobretudo dos órgãos de soberania”, esclarece em comunicado.

ANBP/SNBP reagiram assim à intenção do governo em avançar este ano com os projetos-piloto de cabras sapadoras para reforçar a prevenção dos incêndios florestais. Os representantes dos bombeiros profissionais reforçam que que “não contestando a importância do projeto, consideramos a designação infeliz e desrespeitosa

para com uma classe que este ano foi tão sacrificada na defesa do seu país. Nunca na história, nem no tempo em que o Rei D.João I criou os bombeiros profissionais, nem no tempo do Salazar, os bombeiros foram alvo de um tratamento tão pouco digno!”

ANBP/SNBP acrescentam que “a atribuição desta designação a este projeto mostra uma manifesta falta de sensibilidade para com a classe profissional, que luta há anos para que todos os bombeiros profissionais do país (sapadores, municipais e profissionais das associações humanitárias) sejam designados de bombeiros sapadores”.

“Consideramos que os bombeiros estão a ser desconsiderados por quem, no tempo dos trágicos incêndios que assolaram o país em 2017, lhes prometeu mais dignidade e melhorias das suas condições de trabalho e carreira profissional”, rematam ANBP/SNBP.

Cerca de 60 municípios sem Plano de Defesa da Floresta

O Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, disse que dos 308 municípios portugueses, 57 não têm Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMD-FCI) aprovados. O governante, que falava numa audiência da Comissão da Agricultura e do Mar, do dia 17 de janeiro, adiantou que uma equipa do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) está no terreno para acompanhar a aprovação dos planos.

Miguel Freitas destacou ainda as três prioridades do executivo no pós-incêndios de 2017: a preservação dos recursos do solo e da água, os parques de madeira ardida e a proteção das matas públicas.

“Lançamos um alerta, fizemos um contacto com cada um dos municípios e disponibilizámos uma equipa do ICNF para acompanhar a preparação do processo para aprovação dos planos, que se não forem concretizados terão um impacto negativo no orçamento dos municípios”, disse o secretário de Estado que o Governo está empenhado na concretização de medidas “todas aquelas que são necessárias para que o ano de 2017 não se repita”.

“Lançamos um alerta, fizemos um contacto com cada um dos municípios e disponibilizámos uma equipa do ICNF para acompanhar a preparação do processo para aprovação dos planos, que se não forem concretizados terão um impacto negativo no orçamento dos municípios”, disse o secretário de Estado que o Governo está empenhado na concretização de medidas “todas aquelas que são necessárias para que o ano de 2017 não se repita”.

“Lançamos um alerta, fizemos um contacto com cada um dos municípios e disponibilizámos uma equipa do ICNF para acompanhar a preparação do processo para aprovação dos planos, que se não forem concretizados terão um impacto negativo no orçamento dos municípios”, disse o secretário de Estado que o Governo está empenhado na concretização de medidas “todas aquelas que são necessárias para que o ano de 2017 não se repita”.

“Lançamos um alerta, fizemos um contacto com cada um dos municípios e disponibilizámos uma equipa do ICNF para acompanhar a preparação do processo para aprovação dos planos, que se não forem concretizados terão um impacto negativo no orçamento dos municípios”, disse o secretário de Estado que o Governo está empenhado na concretização de medidas “todas aquelas que são necessárias para que o ano de 2017 não se repita”.

viana do castelo



► Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Costa

José Maria Costa em entrevista “A intenção desta escola é descentralizar conhecimentos e formar ativos”

O Distrito de Viana do Castelo vai ter a primeira escola distrital de bombeiros. Alto Risco falou com José Maria Costa, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

De onde partiu a ideia de constituir uma Escola Distrital de Bombeiros?

Trata-se da primeira iniciativa, no país, a agregar um distrito inteiro no processo formativo dos seus bombeiros. A ideia foi lançada pela Federação dos Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo em articulação com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) com o objetivo de manter um padrão uniforme do processo formativo, distribuindo o esforço formativo pelos diversos corpos de bombeiros e, por isso, este Curso de Formação de Ingresso Bombeiro Voluntário de 2018 visa agilizar a partilha de recursos técnicos e humanos e fomentar as relações interpessoais entre os elementos dos diversos corpos de bombeiros da região do Alto Minho, nascendo da necessidade de criar um espaço agregador de intercâmbio.

Em que consistirá a formação destes bombeiros? Como irá ser feita?

Esta formação inclui cerca de 100 recrutas e inclui 240 horas de formação base de bombeiro, a cargo dos comandantes das 12 corporações da região e dois cursos ministrados pela Escola Nacional de Bombeiros (ENB), de tripulante de ambulância e de desencarceramento. No final, são prestadas provas na Escola Nacional de Bombeiros em Sintra. O objetivo é que, anualmente, esteja já previamente definida esta formação de forma a gerar oportunidade de formação das diversas corporações de bombeiros, a ser feita localmente, rodando pelas corporações do distrito e aproveitando conhecimentos técnicos diversos e únicos de cada corporação.

Considera que esta aposta poderá colmatar a falta de bombeiros nesta região?

A intenção desta escola é descentralizar conhecimentos e formar ativos fundamentais

na proteção de pessoas e bens contra os incêndios. Se entendemos que é na prevenção que deverá estar a aposta nesta proteção, é também na boa formação, na quantidade e na qualidade dos nossos corpos de bombeiros que podemos falar em proteção civil efetiva. Destaco aqui o espírito de cooperação alcançado com o projeto agora iniciado tanto mais que é muito importante, sobretudo do ponto de vista organizacional. O distrito tem falta de bombeiros, comparativamente com outros distritos do país e este trabalho conjunto vai robustecer o pilar da proteção civil. Aliás, em 2017, o CDOS de Viana do Castelo tinha já lançado um projeto-piloto que atraiu para Viana do Castelo bombeiros de outras regiões do país para reforçar o dispositivo local.

Ao nível dos bombeiros municipais, que outros investimentos estão previstos?

O investimento tem sido contínuo na única corporação de bombeiros profissio-

nal do distrito. O corpo tem uma estrutura profissionalizada, possuindo veículos de combate a incêndios, veículos tanque, um veículo auto-escada com trinta metros, ambulâncias de socorro, viaturas de socorro e assistência estratégica, veículo de comando, um de apoio a mergulhadores, veículos de apoio diverso e bote de socorro e resgate. Em termos de capacidade intervenção, está preparado para incêndios, desobstrução e desencarceramento, matérias perigosas, salvamento em grande escala, ambiente subaquático e mergulho e ambientes de condições atmosféricas e anti-corte.

Recentemente, entraram 12 novos recrutas na corporação pois, durante os últimos anos, verificou-se uma diminuição dos recursos humanos ao serviço do Corpo Municipal de Bombeiros da autarquia, sobretudo devido às regras de aposentação destes trabalhadores, o que originou a realização de

grande volume de trabalho suplementar, situação que foi mantida atendendo às rígidas limitações no âmbito do recrutamento de trabalhadores, e que importava reverter.

Que conselhos gostaria de deixar à população em matéria de auto-proteção?

A causa é comum a todos os municípios, que têm de estar na primeira linha da defesa das populações. No âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, que se destina aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que detenham a gestão de terrenos confinantes com edificações, temos em linha de conta a necessidade de, junto de aglomerados populacionais, deve ser realizada a limpeza de uma faixa envolvente. Este modelo, juntamente com o cumprimento da legislação, a prevenção e o apetrechamento dos nossos efetivos, é fundamental nesta matéria e, penso, que está a fazer escola em Viana do Castelo.

entrevista

“As pessoas estão mais sensibilizadas e preventivas no verão”

O Comandante Operacional de Viana do Castelo, Marco Domingues, considera que a formação dos estagiários vai ser agilizada pelos corpos de bombeiros do distrito.

Quando começou esta formação?

Esta formação começou no dia 6 de janeiro, aquando da apresentação distrital, e tem a duração de 250 horas, conforme determina a legislação em vigor, que a nível de espaço temporal deverá terminar a 31 de março, eventualmente, poderá haver um prolongamento para o início de abril, e serão os quatro módulos de responsabilidade dos CB (Corpos de Bombeiros). Toda a formação de TAT (Tripulantes de Ambulância de Transporte) e TSD (Técnicas de Salvamento e Desencarceramento) em falta será depois harmonizada nos dois meses seguintes, para que em junho ou julho possamos fazer as provas de ingresso e iniciar já o período probatório, durante já a época de incêndios, que vai dar um acréscimo a nível profissional.

Qual é o objetivo desta iniciativa?

Em primeiro lugar, o universo do recrutamento dos diversos corpos de bombeiros é extremamente limitado.

Estamos num distrito com cerca de 250 mil habitantes e a juventude não está muito sensibilizada, ainda, para o alistamento nos bombeiros voluntários; no entanto já se está a fazer algum trabalho e já se começa a verificar maior adesão em determinados municípios. Contudo, em anos anteriores verificava-se que algumas corporações tinham um ou dois estagiários, outras tinham cinco ou seis, outras tinham dez ou mais. O que acontecia? Os corpos de bombeiros andavam por si só a fazer o recrutamento e respetiva instrução; quem tinha um ou dois estagiários não conseguia fazer escola. Os que teriam cinco ou seis fá-la-iam com muita dificuldade. Além de que é muito desmotivador e desgastante quer para instrutores como para instruendos, a realização de sessões com tão poucos elementos. Aqueles que estariam mais confortáveis seriam dois ou três corpos de bombeiros aí com 10, 15 ou 20 estagiários.

Em segundo lugar, uniformizar o

processo formativo para que os estagiários iniciem e prestem provas ao mesmo tempo.

Houve necessidade de harmonizar a distribuição geográfica das turmas e partilhar esforços pelos diversos corpos de bombeiros. Como é que conseguimos isso? Constituímos buffers geográficos e agrupamos três a quatro corpos de bombeiros no limite aproximado de 30 estagiários. Para haver uma capacidade formativa adequada, o esforço é partilhado pelos diversos corpos de bombeiros que disponibilizam os seus estagiários e os seus instrutores para que a instrução seja ministrada em conjunto. As sessões decorrerão nos diferentes CB's dos respetivos buffers, sem prejuízo desses mes-

mos se agruparem.

Os 12 corpos de bombeiros incluídos neste processo, este ano irão fazer o ingresso de novos bombeiros. Saliento apenas que um deles, que serão os Bombeiros Municipais de Viana do Castelo, tem legislação própria, mas, no entanto, estão incluídos neste processo, uma vez que também farão ingresso de bombeiros em 2018.

São os 100 estagiários anunciados que vão fazer parte desta formação?

Sim, na apresentação estiveram cerca de 100 estagiários, é evidente que não posso garantir que os 100 estagiários do momento serão os 100 futuros bombeiros.

Pub



EUROPAC
Kraft Viana

Está na nossa natureza proteger

Proteger os seus bens porque o papel que produzimos serve para fazer embalagens que acondicionam os bens de consumo que utiliza todos os dias.

As marcas PORTOPAC e VIANAPAC, internacionalmente reconhecidas, são sinónimo de papel de elevada qualidade.

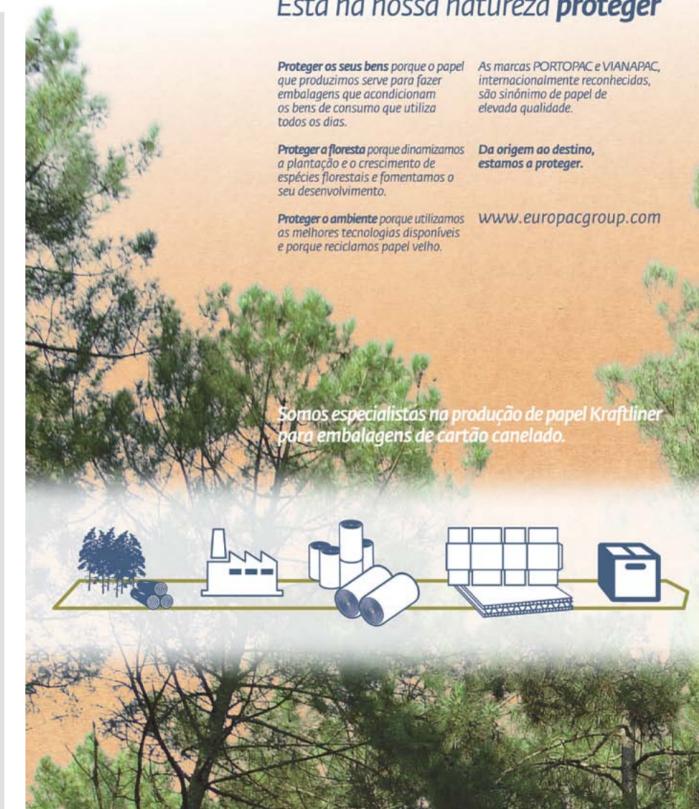
Proteger a floresta porque dinamizamos a plantação e o crescimento de espécies florestais e fomentamos o seu desenvolvimento.

Da origem ao destino, estamos a proteger.

Proteger o ambiente porque utilizamos as melhores tecnologias disponíveis e porque reciclamos papel velho.

www.europacgroup.com

Somos especialistas na produção de papel Kraftliner para embalagens de cartão canelado.



conselhos

Incêndios em casa: previna-se e saiba como agir

Durante o inverno a prioridade é aquecer a casa, mas muitas vezes cometemos pequenos erros que podem resultar num desastre. Evite os incêndios dentro da sua casa e saiba como agir caso se depare com essa situação.

Incêndios em casa – O que fazer?

- Nunca corra perigo para tentar apagar o fogo.
- Ande de gatas se houver fumo. Perto do chão respira melhor. Sempre que puder projete a boca com um pano húmido e respire através dele.
- Não corra se a sua roupa começar a arder. Ponha em prática a regra Parar-Deitar-Rolar
- Antes de abrir uma porta verifique, com a palma da mão, se ela está quente. Se estiver quente tente encontrar outra saída porque há fogo e fumo do outro lado. Se estiver fria também pode haver fogo e fumo a impedir a passagem. Por isso, abra-a com muito cuidado e pronto a fechá-la rapidamente.
- Se não conseguir sair em segurança procure uma janela ou varanda de onde possa ser visto;
- Use sempre as escadas;
- Nunca utilize os elevadores;
- Se for seguro tentar descer porque o incêndio tem tendência a subir;
- Fique fora de casa. Nunca volte atrás seja por que motivo for.

Fontes de calor

- Afaste os aquecedores de imoveis
- Não seque a roupa nos aquecedores
- Não abandone velas acesas ou mal apagadas
- Nunca se esqueça do ferro de engomar ligado

Rede elétrica

- Evite a sobrecarga – Não ligue demasiados aparelhos na mesma tomada, principalmente os de elevado consumo (ex. máquina de lavar roupa ou loiça e aquecedores)
- Nunca apague com água um incêndio de origem elétrica. Há perigo de curto-circuito.



▶ Não ligue várias fichas à mesma tomada ou extensão, porque aumenta o risco de curto-circuito



▶ Escolha extensões com botão de segurança

Pub

o Laranjeira*
pensão • restaurante

Rua Manuel Espregueira, 24
4900-318 Viana do Castelo
T: 258 822 258 | 966 717 122
E-MAIL: geral@olaranjeira.com
SITE: www.olaranjeira.com
Inovar na Tradição, Lda. | NIF: 508836247

COZINHA TRADICIONAL PORTUGUESA

CASA DE PASTO
Maria Perre

Restaurante Casa de Pasto
Rua de Viana, n.º118 / Viana do Castelo
Tel. 258 822 410

Cozinha

- Nunca saia de casa com o fogão ou esquentador ligado.
- Não deixe, junto a janelas abertas, aparelhos a gás ligados.
- Se a gordura da frigideira se incendiar:
- Desligue de imediato o gás;
- Não retire a frigideira do fogão, isso só iria es-palhar o fogo;
- Use uma tampa, um prato ou uma toalha húmida para extinguir o incêndio e nunca utilize água.

Rede de gás

- Faça a revisão periódica das tubagens
- Se detetar alguma fuga chame de imediato um técnico qualificado.
- Se cheirar a gás:
- Não faça qualquer tipo de chama
- Não ligue nem desligue interruptores ou aparelhos elétricos
- Abra as janelas
- Feche as válvulas de segurança do contador e de corte do reductor.

Fonte:
Autoridade Nacional de Proteção Civil
<http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSP/prev/RISCOSNAT/TROVOADAS/Paginas/default.aspx#/collapse-3>
<http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSP/prev/RISCOSNAT/PINTENSAS/Paginas/default.aspx>

Pub

Café LUSITANO

Praça Suavila, nº10 bloco norte | 4900-034 Areosa
Tlf.: 258105885 | 964736628

Pub

Magma Caffé

Magma Caffé I
Amorosa
Av. do Atlântico, Chafé
Praia da Amorosa
telf. 258330574

Magma Caffé II
Viana do Castelo
Av. 25 Abril
Edif. Encosta do Elevador
telf. 258817707

Extintores de incêndio

- Extintor de incendio é um equipamento de segurança que possui a finalidade de extinguir ou controlar incêndios em casos de emergências, contendo um agente extintor sob pressão.
- Cada agente extintor está adaptado a um ou mais tipos de fogos nos diversos materiais. Poder-se-á utilizar um determinado agente extintor que poderá provocar danos graves quer ao utilizador quer ao ambiente. Deste modo torna-se aconselhável conhecer os diversos agentes extintores.

Conselhos Zé Baril

- Não brinques com os bicos do fogão!
- Não brinques com as tomadas!
- Atenção às lareiras!
- Não mexas em materiais perigosos sem supervisão de um adulto!



Casa Primavera Taberna Soares

Rua Góis Pinto, 57
4900-356 Viana do Castelo
Telefone 258 821 807



Café Cancelo | Rua de Santa Marta, nº 54
Santa Marta de Portuzelo | Viana do Castelo
☎ 258 830 893 ☎ 917 001 719

notícias

Casas sem licenciamento fora do apoio do Estado para os incêndios de 2017

Várias habitações sem licenciamento da freguesia de Vieira de Leiria, no concelho de Marinha Grande, no distrito de Leiria, não serão apoiadas pelo Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente previsto para ajudar na reconstrução pós-incêndios de 2017.

Em declarações à agência Lusa, a vereadora da Câmara Municipal da Marinha Grande, Célia Guerra disse que “grande

parte das habitações afetadas pelos incêndios, nomeadamente anexos, arrumos e barracões, não têm licenciamento. Estas casas estão a ser reconstruídas com a ajuda dos voluntários de Vieira de Leiria”. A vereadora adiantou que essas habitações ficam de fora do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente porque, a maior parte delas, são “acrescentos que foram sendo feitos ao longo dos

anos sem licenciamento ou habitações deixadas em herança”.

Encontrar uma solução apresenta-se uma complicação para a autarquia que têm estado a resolver situações que têm aparecido, tais como a segurança das pessoas junto à Mata Nacional de Leiria. A Câmara Municipal já colocou 150 separadores de betão em várias vias principais e secundárias com o risco elevado de queda de árvores.

Agricultores sem conta bancária receberam indemnizações mais tarde

Os agricultores sem conta bancária que foram afetados pelos incêndios de outubro começaram a receber as indemnizações por vale postal mais tarde do que estava previsto. O Governo tinha anunciado que os mais de 13 mil agricultores seriam pagos a 29 de dezembro, mas o dinheiro só começou a chegar após dia 8 de janeiro.

No total são 53,6 milhões de euros que devem ser distribuídos pelos 20 629 agricultores que apresentaram candidaturas para receber apoios do Estado depois dos incêndios. Numa primeira fase, os agricultores recebem 75% do valor e só depois do Ministério da Agricultura fazer uma validação dos serviços no terreno é que são entregues os restantes 25% do valor da indemnização.

O atraso dos pagamentos foi denunciado pelo Movimento Associativo de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Médio (MAAVIM) que, em comunicado, no dia 4 de janeiro, refere que “mais uma vez as promessas não foram cumpridas”.

O Ministério da Agricultura respondeu ao Diário de Notícias sobre esta situação, dizendo que “o pagamento a esses mais de 13 mil agricultores (13 782) que não dispõem de conta bancária chegará aos respetivos destinatários 5 dias úteis após a emissão de pagamento, um prazo que decorre do funcionamento dos CTT, ao qual o Ministério da Agricultura é completamente alheio. Esse prazo cumpre-se dia 8 de janeiro”. Recorde-se que uma nota de imprensa do Governo, do dia 22 de dezembro, referia que os agricultores “vão receber a verba entre 27 e 29 de dezembro, seja através de transferência bancária, vale dos correios ou cheque carta”.

Os CTT responderam em comunicado, clarificando que “os vales postais contendo as indemnizações para os agricultores afetados pelos incêndios têm data de emissão de 10 de janeiro, data articulada e programada com o IAFP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, não existindo qualquer atraso”.

Corte de 10 milhões nos apoios do Estado

O MAAVIM adianta no seu comunicado que não concorda “com as verbas atribuídas e respetivas percentagens”, referindo que “foram cortados mais de 10 milhões de euros dos pedidos submetidos e muitos agricultores submeteram os primeiros registos na plataforma, e ao pensarem que isso bastava agora não receberam nada”.

No comunicado é explicado que muitos agricultores aceitaram a “única alternativa que o Governo lhes deu, que foi fazerem um pedido de apoio de 5000 euros”, que, apesar de terem dezenas de milhares de prejuízos, só chegou ao seu conhecimento mais tarde que “existiriam outros critérios de avaliação desses pedidos, que não sabemos de quem é a responsabilidade”.

O Movimento também fala de uma “discriminação face a outras calamidades” em que “as candidaturas [a apoios] estiveram abertas meses”, exigindo assim que estas sejam reabertas para dar oportunidade aos agricultores que não conseguiram até ao prazo estipulado de 22 de dezembro.

Prolongada a suspensão de execução fiscal para zonas atingidas pelos incêndios

O ministro das Finanças, Mário Centeno, prorrogou até 15 de abril o prazo da suspensão dos processos de execução fiscal para os concelhos afetados pelos incêndios de outubro, “de forma a garantir que as populações afetadas [...] possam efetivamente beneficiar desta medida”.

Num despacho do gabinete de Mário Centeno, publicado em Diário da República, a 9 de janeiro, esse prazo de suspensão é estendido até 15 de abril, porque

mantém-se “atual a necessidade de continuar a apoiar a pronta recuperação da economia local, aliviando as populações atingidas de uma parte das dificuldades com que se confrontam”.

O decreto-lei n.º 141/2017, de 14 de novembro, previa que a suspensão dos processos, que estivessem em curso ou previstos e fossem instaurados nas zonas afetadas pelos incêndios de outubro, duraria até 1 de dezembro de 2017.



Começou Operação Floresta Segura

A Operação Floresta Segura começou no dia 15 de janeiro e vai reforçar as ações de patrulhamento, vigilância e fiscalização das zonas florestais. Esta operação vai ser levada a cabo pelo Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e pelo Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), até dia 15 de março.

“Estas ações de sensibilização visam alertar para a

importância dos procedimentos preventivos a adotar nesta altura do ano, nomeadamente sobre o uso do fogo, a limpeza e remoção de matos e a manutenção das faixas de gestão de combustível, tendo em vista a redução do número de ocorrências e a minimização dos riscos de incêndios florestal”, é referido no comunicado da GNR sobre o início da Operação.

Programa Nacional de Fogo Controlado

No fechar de 2017 o governo arrancou com o Programa Nacional de Fogo Controlado, a 29 de dezembro. A iniciativa prevê limpar dez mil hectares de Floresta em todo o país, devendo começar a ser aplicada no Centro e Norte do país.

De acordo com as declarações do Secretário de Estado das Florestas à Rádio Renascença, a 29 de dezembro, o programa tem definida uma área prioritária de cerca de 50 mil hectares para fazer fogo controlado nos próximos dois

anos e meio, em áreas não aridas. Segundo Miguel Relvas, os 100 técnicos atualmente credenciados para fazer fogo controlado não chegam, pelo que o governo “tem intenção de qualificar mais técnicos no futuro”, cita a Rádio Renascença.

Atá ao dia 29 de janeiro as comunidades intermunicipais, as autarquias e os produtores florestais podem candidatar-se a este programa, contando 120 euros por hectare para a limpeza da floresta com recurso a fogo controlado.



Portugueses elegem “incêndios” a palavra do ano

“Incêndios” foi eleita a palavra do ano de 2017 pelos portugueses. O resultado da eleição foi conhecido a 4 de janeiro, numa cerimónia na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém.

De acordo com a Porto Edi-

tora, promotora da iniciativa, a palavra reuniu 37% dos votos e foi escolhida pelos “sucessivos incêndios” que decorreram em 2017.

Em 2º lugar, com 20% dos votos, ficou o vocábulo “afeto” e no 3º lugar “floresta”, com 14%

das escolhas.

As palavras eleitas nas edições anteriores forma “esmiuçar”(2009), “vuvuzela”(2010), “austeridade” (2011), “entroikado” (2012), “bombeiro” (2013), “corrupção (2014), “refugiado” (2015) e “geringonça”(2016).



10 milhões para parques de madeira

O Governo vai disponibilizar dez milhões de euros para a criação de parques de madeira, para garantir a remoção da madeira de pinho dos terrenos ardidos durante os incêndios deste ano.

O ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, em declarações à Agência Lusa, no dia 8 de janeiro, referiu que vão ser criados dois tipos de parques de madeira, um deles dedicado

à madeira de serração que “é a nossa principal prioridade neste momento”. De acordo com a agência Lusa, para este tipo de parque de madeira, “será concedido um apoio financeiro de quatro euros por tonelada aos produtores [...] e um apoio de três euros por tonelada aos parqueiros, desde que, quer no pagamento ao produtor, quer na entrega no parque, sejam respeitados preços mínimos de 25 e 46 euros, respetivamente”. O segundo tipo de parque é para a

madeira que se destina à trituração, no valor de um euro e meio por tonelada, até um limite de 250 mil euros por parque.

O ministro adiantou que, devido ao interesse das autarquias, organizações de produtores e associações de produtores de serem contactadas, “podemos aspirar vir a criar, a curto prazo, entre 25 a 30 parques de madeira no caso da serração e, pelo menos, seis no que diz respeito à madeira de trituração.”

Ex- Comandante Nacional da proteção civil ouvido no inquérito sobre Pedrógão

O ex-comandante nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil foi ouvido a 30 de janeiro na qualidade de testemunha no inquérito sobre os incêndios de Pedrógão Grande.

A data de 17 de junho, Rui Esteves ocupava o cargo de CNOS, que abandonou na sequência de alegadas irregularidades na obtenção da sua licenciatura, concluída com 32 equivalências num total de

36 unidades curriculares.

De acordo com a Agência Lusa, fonte da Procuradoria-Geral da República, confirmou que Rui Esteves foi ouvido na qualidade de “testemunha” no inquérito sobre os incêndios de 17 de junho. Neste processo já foram constituídos arguidos o comandante dos bombeiros de Pedrógão Grande, Augusto Arnaut, e o segundo comandante distrital de Leiria, Mário Cerol.

Secretário de Estado Artur Neves visitou sede ANPC

O Secretário de Estado da Proteção Civil, Artur Neves, realizou, a 1 de fevereiro, a primeira visita à sede da Autoridade Nacional de Proteção

Civil. Foi recebido pela formatura e Guarda de Honra da Força Especial de Bombeiros e pelo presidente da ANPC, Tenente-General Mourato Nunes.



Governo investe em antenas e altera contrato com SIRESP S.A.

O Sistema Integrado de Reservas de Emergência e Segurança de Portugal vai ser reforçado em 189 concelhos. A intenção do Governo é apostar em mais 451 antenas satélite nas áreas com elevado risco de incêndio.

Numa audição regimental na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, o ministro da Administração Interna revelou que estas antenas vão servir de “reforço de mecanismos de redundância” para o combate a incêndios e vão ser colocadas em zonas consideradas prioritárias pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Entretanto, um despacho publicado em Diário da República a 31 de janeiro prevê a alteração ao contrato com a empresa que gere o SIRESP. O despacho conjunto entre o secretário de

Estado Adjunto e das Finanças e o Secretário de Estado da Proteção Civil determina que estes responsáveis prevê “um conjunto de diligências junto da operadora de forma a determinar e a acordar com esta as alterações técnicas a introduzir no sistema e a dotar o Estado da informação necessária para estimar os custos associados a essas modificações e, deste modo, permitir a preparação de uma eventual determinação unilateral de modificação do contrato SIRESP.

O executivo pretende ainda que a SIRESP, S.A. garanta a criação de uma redundância à rede SIRESP, dentro do próprio sistema, que possa garantir o funcionamento de um sistema secundário quando a rede principal de emergência falhar.

madeira

Publicada em DR a revisão ACEEP Machico

Foi publicado no Diário da República nº247, de 27 de Dezembro de 2017, a revisão do Acordo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Câmara Municipal de Machico e o SNBP, no âmbito da FESAP. O primeiro acordo foi publicado a 12 de Março de 2015.

A revisão do ACEEP compreende a inserção da cláusula 13º A, que compreende o regime de disponibilidade permanente e a inserção da cláusula 18º A, relativa ao direito a férias.

Em relação à cláusula 13º A, "O trabalhador que, nos casos e nos termos fixados por lei, seja convocado, pela entidade

competente, para assegurar a prestação de serviço é considerado, para todos os efeitos legais, em prestação de trabalho extraordinário, sendo-lhe também pago todo o acréscimo dos custos de transporte e alimentação relativamente aos custos de prestação em período normal de trabalho".



ANBP/SNBP Madeira reuniram-se com autarca de Machico

ANBP/SNBP Madeira reuniram-se no dia 14 de fevereiro com a Câmara Municipal de Machico. No encontro, o presidente da autarquia, Ricardo Franco, deixou

algumas garantias. Entre elas, a entrada de novos bombeiros para o quadro profissional nos bombeiros municipais de Machico e a avaliação do SIADAP. Ri-

cardo Franco garantiu ainda promoções de todos os bombeiros, segundo o despacho de 20 julho de 2015, onde a câmara "já está a trabalhar".

Funchal vai adquirir quatro viaturas de combate a incêndios florestais

A Câmara Municipal do Funchal aprovou o contrato de aquisição de quatro viaturas de combate a incêndios florestais, um investimento de 668 mil euros, para reforçar o Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal.

Tem um prazo de entrega de 60 dias. Depois de uma reunião com o executivo camarário, o vice-presidente da Câmara Municipal, Miguel Gouveia, disse que "o veículo ligeiro deverá estar disponível já no início da próxima primavera para os Bombeiros Sapadores do Funchal o poderem usar".

internacional, que deverá ser lançado entre janeiro e fevereiro, para obras de consolidação estrutural em seis escarpas sobranceiras a estradas, que foram afetadas pelos incêndios de 2016.

Três das viaturas são veículos pesados e deverão ser entregues no prazo de 270 dias. A quarta viatura é um veículo ligeiro e

Foram aprovadas cinco candidaturas, para essas obras, no âmbito do programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O valor total do investimento é de 8,7 milhões de euros.

ANBP/SNBP convidados para tomada de posse da direção da AHBV de São Vicente e Porto Moniz

ANBP/SNBP foram convidados pela direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz (Ma-

deira) para a sua tomada de posse no dia 31 de Janeiro.

O dirigente regional ANBP/SNBP Pablo Freitas considerou que este é "um reconhecimento do bom trabalho que a associação e o sindicato têm desenvolvido com os bombeiros desta corporação."

notícias

Salários em atraso nos bombeiros Portuenses

A pesar dos vários alertas que o SNBP tem vindo a fazer em relação aos Bombeiros Voluntários Portuenses, mantêm-se os salários em atraso. Desde que começou esta situação, o SNBP tem vindo a

solicitar reuniões à direção dos BV Portuenses sem nunca obter resposta.

Segue abaixo a notícia que saiu sobre esta situação no Jornal de Notícias, do dia 9 de janeiro, com declarações do presidente do SNBP, Sérgio Carvalho



SNBP ganha processo aos B.V. Portuenses no despedimento de delegada sindical

O Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais ganhou a ação interposta contra a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses por despedimento, sem justa causa, de trabalhadora e delegada sindical do SNBP que trabalhava há 34 anos na instituição.

nização de 23mil e 940 euros. O SNBP congratula-se com a decisão judicial uma vez que reverte a injustiça cometida para com a sua delegada sindical, que dedicou mais de 30 anos à instituição da qual foi despedida, sem que nada o justificasse.

A decisão foi conhecida no dia 7 de fevereiro. O Tribunal da Relação do Porto decidiu pela atribuição de uma inden-

Em comunicado, ANBP/SNBP, através da direção nacional e do seu Secretariado Regional do Norte, trabalharam desde o início neste processo com o objetivo de corrigir esta injustiça.

açores



O deputado Carlos Ferreira do Grupo Parlamentar PSD-Açores defende a revisão urgente da portaria 10-2010

PSD Açores propõe revisão da portaria 10/2010

O grupo parlamentar do PSD Açores entregou um requerimento de revisão urgente da portaria 10/2010 que regulamenta as condições de trabalho para os tripulantes de ambulâncias das Associações Humanitárias de Bombeiros dos Açores, no parlamento dessa região autónoma, no dia 7 de janeiro.

democrata, do dia 8 de janeiro, a necessidade de uma revisão desta portaria servirá para "corrigir as injustiças como o facto de a remuneração fixada ser inferior ao salário mínimo regional".

Citado na nota, o deputado Carlos Ferreira indica que "contraria claramente a lei" o facto da remuneração desses operacionais ser inferior ao salário mínimo regional, adiando que "a falta de revisão desta Portaria acarreta também um custo financeiro para as as-

sociaçãos de bombeiros dos Açores que, na qualidade de entidades empregadoras, estão a assumir o pagamento da diferença remuneratória entre os valores definidos na Portaria de Condições de Trabalho e os valores mínimos estabelecidos na lei geral".



O delegado ANBP/SNBP, José Feliciano, reuniu-se com o deputado Miguel Costa do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores

ANBP/SNBP discutem portaria 10/2010 com o PS Açores

O delegado ANBP/SNBP, José Feliciano, reuniu-se com o deputado Miguel Costa do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores "para o sensibilizar sobre os problemas que afetam os bombeiros dessa região autónoma".

A reunião decorreu na ilha do Pico, no dia 8 de janeiro. A portaria 10/2010 foi um dos pontos abordados, nomeadamente a atualização dos vencimentos e uma indexação que acompanhe o ordenado mínimo regional. Ao Alto Risco, o delegado da ANBP disse que também

foi discutida a questão dos "seguros dos bombeiros, medicina no trabalho e o reforço da importância do sindicato pertencer aos vários grupos onde estão em causa os bombeiros da região, incluindo o serviço SIV [Suporte Imediato de Vida] e melhoria da portaria".

Alberto Leça reeleito presidente da AHBV de Ponta Delgada

A única lista nas eleições dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, encabeçada por Alberto Leça, ex-presidente da instituição, venceu as eleições internas, realizada a 9 de janeiro. Esta eleição aconteceu dois meses depois de Alberto Leça se ter demitido.

Em novembro do ano passado, nove dos 12 elementos da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, incluindo o presidente, demitiram-se devido "a incompatibilidades de ordem funcional".

Reunião com presidente da Câmara
O presidente reeleito da AHBV de Ponta Delgada reuniu-se com o presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, nos Paços do Concelho, no dia 2 de fevereiro.

De acordo com informação da Câmara, foi reiterada na reunião a disponibilidade para manter a cooperação existente entre as duas entidades, "que tem sido firmada através da assinatura de um protocolo anual".

AHBV dos Açores já receberam proposta para aumento das participações do transporte de doentes

A proposta de aumento das participações no serviço transporte de doentes em ambulância já foi remetida às associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores. A informação foi avançada pelo Secretário Regional da Saúde dos Açores, Rui Luís. Foi também enviada uma proposta de alteração ao regulamento.

Citado pelo jornal Açores9, o Secretário Regional referiu que "as alterações ao regulamento têm como objetivo adaptá-lo à realidade atual do serviço prestado pelas associações de bombeiros, passados seis anos da sua implementação, introduzindo melhorias ao nível dos procedimentos em vigor, prevendo um aumento das participações mensais para todas as associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores".

Bombeiros Faialenses mudam de quartel mas alertam para falta de acessibilidade

O quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Faialenses vai sair do centro da cidade da Horta, na ilha do Faial, no Arquipélago dos Açores, para a periferia. O presidente da Associação, José Braia Ferreira, apontou a necessidade de melhorar os acessos do local do novo quartel para o socorro não ficar em causa.

da segunda fase de construção da variante à cidade da Horta para que a partir do novo quartel, que ficará na zona industrial, os bombeiros possam ter acesso facilitado à parte norte da ilha, sem ter de passar pelo centro da cidade.

"Coloca-se aqui um conjunto de problemas que já existiam antes e que nós gostaríamos de ver melhorados em termos de acessibilidades, porque, por vezes, cinco minutos fazem muita diferença na vida de uma pessoa", disse o presidente da Associação, de acordo com a agência Lusa.

O projeto de 2 milhões de euros de um novo quartel mais amplo e funcional foi entregue na Câmara Municipal da Horta, no dia 4 de janeiro, onde o presidente da autarquia, José Leonardo da Silva, disse reconhecer essa situação de acesso. "A Câmara teve sempre uma posição muito clara sobre a questão da variante, que achamos que é importante e que deve ser, no fundo, refletida, para que consigamos todos dar uma resposta positiva".

Em causa está com o avanço

açores



► Presidente da ANBP, Fernando Curto, o Secretário Regional da Saúde, Rui Luís, o Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Tenente-Coronel Carlos Neves, e o delegado ANBP, Evandro Teixeira

ANBP/SNBP reúnem com Secretário Regional da Saúde dos Açores

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais reuniram com o Secretário Regional da Saúde da Região Autónoma dos Açores, Rui Luís, que tutela a pasta da proteção civil. ANBP/SNBP estiveram representadas pelos Presidente da ANBP, Fernando Curto, e pelo delegado Evandro Teixeira.

A reunião decorreu na cidade de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, no dia 9 de janeiro. Entre os assuntos abordados esteve a legislação para o sector dos bombeiros, a formação profissional e as carreiras para os

bombeiros da Região Autónoma. O Secretário Regional da Saúde salientou que “ser bombeiro no continente não é a mesma coisa que ser bombeiro nos Açores. Nós temos 17 corporações, cada uma com uma realidade diferente, mas estamos empenhados em colaborar com eles no sentido de que tenhamos uma estruturação diferente, bem regulamentada, devidamente remunerada”.

Sobre a portaria 10/2010, que regulamenta as condições de trabalho para os tripulantes de ambulâncias das Associações Humanitárias de Bombeiros dos Açores, Rui Luís disse que “tal como referiu o Presidente da Associação Na-

cional de Bombeiros, é uma responsabilidade da República ao nível das carreiras e está a ser trabalhada a nível nacional, e nós estamos a acompanhar a situação, no sentido de acutelar as especificidades dos Açores, contribuindo para a melhoria de condições de trabalho dos bombeiros”.

O presidente da ANBP não deixou de frisar que “a maior valorização dos Bombeiros Profissionais dos Açores está a concretizar-se! Juntos e unidos vamos lá. Tenho a certeza!”

O Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Tenente-Coronel Carlos Neves, esteve presente na reunião.

Bombeiros do Faial vencem 1º Campeonato de Trauma do Triângulo

Os bombeiros voluntários do Faial venceram o 1º Campeonato de Trauma do Triângulo no dia 14 de janeiro. O evento decorreu no Pavilhão de Desportos da Candelária, nos dias 13 e 14 de janeiro, pondo à prova os procedimentos de socorro às vítimas, em cenário de trauma, como acidentes de viação, quedas de andaimes, atropelamentos, envolvendo vítimas inconscientes, traumas profundos e fraturas graves.

As equipas foram avaliadas por um júri constituído por dois elementos do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores que tiveram em con-

sideração além do tempo de prova, a execução dos procedimentos em conformidade com os protocolos e as normas de atuação previstos.

Nesta prova participaram cinco equipas de bombeiros provenientes das corporações da Horta, Madalena, São Roque, Lajes e Velas.

No primeiro campeonato de Trauma do Triângulo, promovido pelos Bombeiros Voluntários da Madalena, realizou-se ainda um workshop com a equipa campeã do mundo de trauma da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória.

Açores abrem ano novo com linha SOS Ambiente

A linha ‘SOS Ambiente’ da Região Autónoma dos Açores foi lançada na noite da passagem de ano de 2017 para 2018. Este serviço vai complementar um já existente, o serviço online ‘Na Minha Ilha’, com o objetivo de dar a participação de ocorrências nos domínios da qualidade ambiental, gestão de resíduos, conservação da natureza, ordenamento do território e recursos hídricos.

As pessoas que queiram participar uma ocorrência que em possa estar em causa “violações da legislação ambiental e dos instrumentos de ordenamento do território ou riscos para as pessoas, animais, natureza e património”, podem ligar para o número 800 292 800, que está disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, nos Bombeiros Voluntários da Madalena, na ilha do Pico. As chamadas são gratuitas e podem ser relacionadas com problemas

identificados em qualquer ilha do arquipélago.

Numa nota do Governo Regional, do dia 2 de janeiro, é referido que já foi participada uma ocorrência “por um residente da ilha Terceira diz respeito ao depósito de resíduos agrícolas na freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, tendo sido classificada como ‘Pouco Urgente’ e encaminhada para averiguação.”

O nível de cada urgência é classificado em função da sua urgência: “o nível 1 é de ‘Emergência’ (situação que exige uma intervenção imediata), o nível 2 é ‘Urgente’ (situação que exige uma intervenção o mais prontamente possível), o nível 3 é ‘Pouco Urgente’ (situação de menor complexidade, mas que pode ter consequências a curto prazo), e o nível 4 é ‘Não Urgente’ (situação de menor complexidade e que não implica problemas ou consequências a curto prazo).”



SNBP reúne-se em plenário nos Açores

Os associados dos Açores do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se em plenário, nas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Madalena, na ilha do Pico, no dia 9 de janeiro.

A ordem de trabalhos

da reunião consistiu na discussão das principais preocupações dos bombeiros, a transmissão do resumo da reunião que decorreu nesse mesmo dia com o Secretário Regional da Saúde, e foram abordados ainda os objetivos para o novo ano.

notícias



Governo inicia pagamento de indemnizações às vítimas dos incêndios

O Primeiro-Ministro deu ordem para iniciar o pagamento das indemnizações às vítimas dos incêndios de junho e outubro de 2017. Num despacho emitido no dia 5 de janeiro, António Costa dá luz verde ao Ministro das Finanças para que “proceda ao pronto pagamento das primeiras indemnizações aos familiares, herdeiros e de-

mais titulares do direito de indemnização por morte das vítimas dos incêndios ocorridos em junho e outubro de 2017”. Uma nota emitida pelo gabinete do primeiro-ministro explica que este pagamento é feito “ao abrigo do mecanismo extrajudicial, de adesão voluntária, aprovado para o efeito pela Resolução do Conselho de Ministros nº 157-C/2017, de 21 de outubro.

O Conselho de Ministros fixou em 70 mil euros o valor mínimo para a “privação de vida”. A este somam-se os critérios de “sofrimento da vítima antes da morte” e “danos próprios dos familiares mais próximos”.

Recorde-se que os incêndios de junho e outubro fizeram mais de 100 mortos, centenas de feridos e avultados prejuízos materiais, como a destruição de habitações.



CDS quer apoios dos incêndios de junho para os de outubro

A presidente do CDS, Assunção Cristas, quer que os apoios estatais para os incêndios de junho também sejam aplicados nos incêndios de outubro. A presidente do CDS esteve em Oliveira do Hospital, no dia 5 de janeiro, numa reunião com a Associação das Vítimas do Maior Incêndio de

Sempre em Portugal (AVMISP).

“Há empresas que não conseguem ter acesso aos apoios de forma célere”, disse a líder centrista em declarações aos jornalistas, frisando que os empresários “querem fazer investimentos” para retomar a laboração e salvar os postos de trabalho.

Segundo a agência Lusa,

Assunção Cristas disse que importa que “o Governo esteja mais próximo” das vítimas em geral e, em particular, dos emigrantes, “que querem continuar, mas precisam de ser ajudados”, sendo necessário “criar atratividade” para os territórios do interior de Portugal afetados pelos incêndios.

CDS recomenda ao Governo a conclusão do IC6 do Pinhal Interior

Um projeto de resolução do CDS-PP recomenda a conclusão do Itinerário Complementar 6 (IC6) do Pinhal Interior, como um ponto importante para ajudar na recuperação das zonas afetadas pelos incêndios.

Esta foi a recomendação feita pelo grupo parlamentar do CDS-PP ao Governo, na reunião da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, no parlamento, no dia 10 de janeiro.

A conclusão do IC6, na ligação entre Tábua e Oliveira do Hospital, é, para do deputado do CDS, Hélder Amaral, uma

“medida não de compensação, mas para criar condições e potenciar a recuperação da zona e para proteger as populações e garantir-lhes mobilidade”, à qual o Governo deve dar “prioridade absoluta”.

Na mesma reunião, o deputado do PS, Pedro Coimbra, referiu que esta é uma “matéria muito importante e relevante”, por abranger “um território que tem sido esquecido e menos-prezado” e que, ainda assim, “contribuiu de forma significativa para a economia nacional e para as exportações do país”.

BE quer apoios para todos os concelhos afetados pelos incêndios

Além dos concelhos afetados pelos grandes incêndios de 17 de junho e de 15 de outubro, outros concelhos também arderam entre os meses de julho e agosto. O Bloco de Esquerda quer que esses concelhos “esquecidos e injustiçados” também sejam abrangidos pela ajuda pública.

No jornal do partido, Esquerda.net, o Bloco de Esquerda reitera que “a dimensão da catástrofe de Pedrógão e de outubro obscureceu uma realidade: entre julho e agosto arderam 250 mil hectares no resto do país, devastando vários concelhos, sobretudo no Centro e Norte”, referindo que “estes territórios têm sido esquecidos e injustiçados na hora de concretizar promessas de apoio e solidariedade de que também tanto carecem”.

Mação, no distrito de Santarém, é um dos concelhos que, entre julho e agosto, foi atingido pelos incêndios florestais, tendo perdido 28 mil hectares de floresta, o terceiro concelho com mais área ardida em 2017.

O Bloco adianta que já entregou na Assembleia da República um projeto de resolução para que recomenda ao Governo “o alargamento das medidas de apoio a todos os concedidos”, sendo necessário “criar significativamente atingidos pelos incêndios de verão”, medidas essas que devem ser iguais às aplicadas nos grandes incên-

dios de junho e outubro. O partido diz defender ainda “uma prorrogação de projetos para cumprimento de obrigações declarativas e fiscais, um alargamento dos apoios aos cidadãos para a reconstituição ou reposição do potencial produtivo”, mas também “a inclusão em projetos de revitalização equivalentes aos previstos para outras zonas atingidas, nomeadamente o Programa de Revitalização do Pinhal Interior”.

Parlamento concorda com alargamento do Programa de Revitalização do Pinhal Interior

Durante a tarde do dia 18 de janeiro, o Parlamento discutiu a atualização do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, tendo por base cinco projetos de resolução apresentados pelo PSD, CDS-PP e BE.

Todos os grupos parlamentares concordaram que os concelhos afetados pelos incêndios, que ficaram fora do projeto se-ram incluídos, o que viabiliza a possibilidade de uma revisão do mesmo. Os concelhos que integram o Programa são: Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Sertão. De fora do programa aprovado no dia 30 de novembro, ficaram: Mação, Gavião, Nisa, Oleiros, Vila Vela de Rodão, Castelo Branco e Proença-a-Nova.

notícias

Autarquias reiteram substituir proprietários incumpridores na criação de faixas de combustível

O Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses aprovou a 23 de janeiro, por unanimidade, uma posição contra o diploma do governo sobre a gestão de combustível nas matas e que os obriga a limpar a floresta.

O Governo quer que os autarcas criem faixas de gestão de combustível até ao dia 31 de maio onde os proprietários privados não o fizerem, e ameaça cortar verbas aos municípios que não se substituam aos incumpridores.

O Orçamento de Estado para 2018 prevê que os moradores e empresas localizados em áreas

florestais têm até 15 de março para criar faixas de gestão de combustível. Caso não o façam pagarão multas e as autarquias serão chamadas a intervir até ao início de junho.

O governo disponibiliza para isso uma linha de crédito de 50 milhões de euros para serem divididos pelas 308 câmaras. As autarquias que não substituíam os incumpridores nesta obrigação receberão, de acordo com o OE, menos 20% do duodécimo das transferências correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro no mês seguinte.

Os autarcas têm vindo a contestar esta medida, alegando falta de tempo e escassez de recursos para a porem em prática. A Associação Nacional

de Municípios Portugueses alertou no dia 1 de fevereiro, para a “inexequibilidade” da legislação que responsabiliza as autarquias pela limpeza das florestas, devido ao prazo estabelecido. ANMP propõe antes que a solução passe pela identificação de zonas de atuação prioritária.

Citado pela Agência Lusa, Manuel Machado defendeu o estabelecimento de zonas de intervenção prioritária, em função dos dados objetivos que se conhecem, para salvaguarda de pessoas e bens e em articulação cruzada, conjugada, acelerada com todos os intervenientes. Não podem ser apenas as câmaras municipais a ficarem com este encargo, que é enorme”.



“Reinventar a floresta é um desígnio nacional”

O presidente da Comissão Técnica Independente, que estudou os incêndios de junho e está a estudar os de outubro, disse que “reinventar a floresta é um desígnio nacional” e salientou a necessidade de uma ação imediata nas medidas de intervenção na floresta.

À margem de uma conferência organizada pela Florestis – Associação Florestal de Portugal no Porto, no dia 16 de janeiro, João Guerreiro disse à agência Lusa que “depois dos trágicos acontecimentos que se prolongaram desde junho até outubro, todos estão vocacionados e impelidos para fazer a valorização e a reinvenção da floresta”, que “é um desígnio nacional”.

O ex-reitor da Universidade do Algarve também lembrou

que “as medidas de intervenção na floresta não são medidas com impacto a curto prazo”, por serem de “médio e longo prazo”, daí ser necessária uma ação imediata na sua implementação.

“A floresta tem de ser abordada como um recurso nacional, como um bem público nacional as políticas públicas têm de se reforçar nesse domínio. A atenção aos proprietários tem de se ampliar a possibilidade das universidades e dos institutos politécnicos orientarem a sua investigação para a floresta também. Tudo isto tem de ser um desígnio nacional”, disse o presidente da Comissão Técnica Independente, que deverá apresentar o seu estudo sobre os incêndios de outubro no dia 19 de fevereiro.



Portugal sem KAMOV operacionais

Todos os helicópteros KAMOV pertencentes ao Estado estão inoperacionais. Mais dois aparelhos, o que quer dizer que nem a ANPC nem o INEM podem contar com as aeronaves.

O único aparelho que ainda está em funcionamento ficou impedido de decolar depois de uma inspeção da Autoridade Nacional de Aviação Civil, que não renovou a licença do KAMOV que estava estacionado na base de Santa Comba Dão.

Depois desta decisão, rodos os seis helicópteros do Estado ficaram inoperacionais. Em

2012, um sofreu um acidente cujos danos obrigam a uma reparação de custo elevado. Mais dois avariaram. Já em 2017, dois dos três aparelhos ainda disponíveis, foram para uma longa reparação. No final do mês de janeiro, o relatório da Aviação Civil deixou em terra o único meio aéreo do Estado.

Citado pelo jornal Público de dia 31 de janeiro, o presidente da direção da Everjets (a empresa que opera os KAMOV) diz que o KAMOV agora inspecionado “está em plenas condições de voar”.

notícias

Força Aérea quer mais efetivos para combate aos incêndios

O Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Teixeira Rolo, disse que propôs ao Governo o aumento do efetivo em cerca de 200 novos militares para conseguir dar resposta às futuras missões de combate a incêndios florestais.

Segundo a agência Lusa, o general frisou que “nós temos de começar a incorporar o pessoal para o treinar e para o qualificar.

Os números, em concreto, nós propusemos um aumento de 200 efetivos no total das diferentes especialidades para poder, de forma crescente, aumentar essa capacidade.”

Apesar disso, o General Teixeira Rolo referiu que “teremos de facto aqui um período em não seremos de imediato nós a executar essa missão, mas temos de saber crescer para a poder executar no momento em que nos for totalmente atribuída”.

O secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrello, já tinha dito em novembro que a Força Aérea não vai participar, este ano, no combate direto aos fogos, mas sim na gestão centralizada e comando e controlo das operações. Sobre essa gestão, o General referiu que “foi iniciado o processo de discussão” com a Autoridade Nacional de Proteção Civil sobre como é que essa gestão se vai desenvolver.

Mação investe dois milhões na reestruturação pós-incêndios

O orçamento de 2018 para o concelho de Mação é de 12,5 milhões de euros, dois milhões para medidas de estabilização pós-incêndios e para a reabilitação das infraestruturas municipais afetadas pelos incêndios.

O presidente do município de Mação, Vasco Cordeiro, disse à agência Lusa que “vamos continuar a investir nas famílias, na

vertente social e nos apoios fiscais à fixação de pessoas e empresas, sendo que vamos necessitar de décadas para recuperar dos prejuízos dos incêndios de 2017”. O autarca referiu ainda que “contas feitas, Mação teve prejuízos diretos causados pelos dois grandes incêndios de 2017 na ordem dos 70 milhões de euros”.

Um dos investimentos previstos no orçamento aprovado no dia 9 de janeiro é a reabilitação do antigo quartel dos bombeiros. As áreas com maior relevo são a de inovação e ação social, educação e cultura, empreendedorismo, floresta e o sistema agroflorestal, recursos naturais, reabilitação e manutenção de infraestruturas e do património.



Iniciativa #PinheiroBombeiro angariou 13 mil euros

A iniciativa #PinheiroBombeiro, promovida pela plataforma online Rnters, angariou durante o mês de dezembro o valor 13 mil euros para equipar os bombeiros voluntários com equipamento profissional.

A iniciativa consistiu no aluguer de pinheiros de natal verdadeiros que, depois de recolhidos, foram transformados em bio-

massa. O objetivo foi promover a proteção do meio ambiente ao incentivar a devolução dos pinheiros verdadeiros que as famílias decoram durante a época natalícia e que, na maior parte das vezes, são deitados ao lixo.

De acordo com um comunicado da plataforma online Rnters, foram alugados 1429 pinheiros o que resultou no montante de 13 mil euros. Para Guilherme Guerra, um dos fundadores da

Rnters, citado no comunicado, “quando pensamos neste projeto, quisemos também ter uma vertente sustentável ao dar uma vida circular a estas árvores e evitar a produção de lixo”.

O projeto resultou de uma parceria entre a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários e a Rnters, uma plataforma online que permite aos utilizadores alugar qualquer tipo de bens.

Orçamento de Gavião aumentou mais de um milhão por causa dos incêndios

Os prejuízos provocados pelos incêndios de 2017 no concelho de Gavião, no distrito de Portalegre, fizeram com que o orçamento para 2018 aumentasse mais de um milhão de euros em relação ao ano anterior.

“Este orçamento é maior por

causa dos problemas causados pelos incêndios, mas é com toda a certeza o ano do lançamento de muitas obras que queremos ver concretizadas com a brevidade possível”, disse à agência Lusa o presidente da Câmara de Gavião, José Pio, que destacou os prejuízos na rede viária, nos percursos pedestres e na avifauna.



Isenção de IMI para imóveis afetados pelos incêndios na Lousã

A Câmara Municipal da Lousã aprovou a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018 para os imóveis afetados pelos incêndios de outubro que assolaram a região.

Em comunicado, no dia 3 de janeiro, o município refere que a medida, que foi aprovada numa reunião da Assembleia Geral do dia 29 de novembro, abrange os edifícios parciais ou totalmente afetados e que o seu objetivo é “aliviar a carga fiscal e desonerar as pessoas afetadas pelos incêndios do pagamento de um imposto sobre os imóveis destruídos pelos incêndios, tentando desta forma minimizar as consequências da relevante destruição patrimonial causada pelo incêndio.”

A autarquia lembra que esta é uma das medidas “da delimitação da Área de Reconstrução Urgente” que estão em curso para alargar a isenção de pagamento de “taxas e dispensa de entrega de diversos elementos instrutórios”.

Citado no comunicado, o presidente da Câmara, Luís Antunes, sublinhou que “a isenção do IMI, de diversas outras taxas e a desburocratização do processo, serão certamente um auxílio importante para que os afetados possam reconstruir os edifícios total ou parcialmente danificados” e que “estas medidas e outros apoios prestados pela Autarquia têm, também, como objetivo que os afetados possam voltar à normalidade do seu quotidiano com a maior brevidade possível.”



ANBP/SNBP reúnem em plenário no Montijo

Os associados da ANBP/SNBP da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo reuniram-se em plenário, no

dia 15 de janeiro, no quartel dessa Associação Humanitária.

Os temas abordados foram as eleições da ANBP/

SNBP, a eleição do delegado sindical local, que terá lugar após as eleições na ANBP em março, e outros assuntos de interesse dos funcionários.

notícias



Começou a formação dos Sapadores do Funchal em Lisboa

A Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) de Lisboa já recebeu os formandos do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal para um programa de formação de três meses. Este programa começou em Lisboa, no dia 15 de janeiro, e terminará no Funchal, na nova Escola de Bombeiros dessa cidade madeirense.

No primeiro dia de formação, o diretor da Escola do RSB (e presidente da ANBP), Fernando Curto, mostrou o seu contentamento ao presidente do Funchal, Paulo Cafófo, na promoção da formação dos elementos do seu corpo de bombeiros na escola da capital. De acordo com informação da autarquia funchalense, o objetivo é dotar os bombeiros “de competências no âmbito da sua formação de base, algo que não acontecia há dez anos”, bem como “valorizar a carreira dos bombeiros funcha-

lenses, com uma formação de excelência, capacitando-os com melhores técnicas e com os métodos mais atualizados, mercê do treino com uma das maiores e mais experimentadas corporações do país”. Tal como foi noticiado na edição de Agosto do Jornal Alto Risco, esta formação é o resultado de um protocolo assinado, no dia 24 de agosto de 2017, entre a Câmara Municipal de Lisboa e Câmara Municipal do Funchal.

ANBP defende bombeiros na fiscalização de edifícios

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais defende, em comunicado, a “necessidade urgente de fiscalizar” espaços como a coletividade de Vila Nova da Rainha, em Tondela, no que diz respeito ao “licenciamento da sua atividade”.

No dia 13 de janeiro a associação recreativa foi palco de um grave incêndio que matou oito pessoas e feriu outras 38. Na origem das chamas esteve a explosão de uma caldeira o que causou pânico nas pessoas que se encontravam nas instalações da coletividade. A maioria das vítimas mortais terá perdido a vida na fuga pelas escadas do edifício, por esmagamento. Nenhuma das vítimas morreu na sequência do incêndio e libertação de gases.

O facto de as portas abrirem para dentro e não para a rua e o material de que era feito o teto são apontados pelos técnicos como fatores que

tiveram influência na tragédia.

A ANBP defende ainda ser “urgente que as vistorias feitas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil passem a ser obrigatórias, deixando de ser suficiente o simples parecer de um técnico para dar luz verde ao processo de licenciamento. É muito importante que seja atribuído aos bombeiros mais poder de fiscalização e ação para que estas situações sejam ultrapassadas”.

Relembrando os trágicos incêndios de junho e outubro, a ANBP defende que “é urgente antecipar medidas para prevenir que outras calamidades se verifiquem, mas em matéria de incêndios urbanos”. Alerta ainda que “a situação que ocorreu em Tondela poderá vir a repetir-se noutras localidades onde existem coletividades como esta, ou em espaços comerciais com material inflamável e que, alegadamente, não cumprem as regras de segurança”.

madeira



Municipais de Santa Cruz (Madeira) celebraram 86 anos

Os Bombeiros Municipais de Santa Cruz celebraram a 22 de janeiro 86 anos de existência. A data foi assinalada com a inauguração da nova sala de comando e da nova Central de Comunicação do quartel.

Segundo uma nota de imprensa da Câmara Municipal de Santa Cruz, o presidente da autarquia de Santa Cruz, Filipe Sousa, “destacou que a atual presidência da autarquia está empenhada em valorizar o trabalho dos bombeiros, bem patente no esforço e no investimento que tem sido feito, nomeadamente na aquisição de equipamento de proteção individual, viaturas, melhoria das instalações.

Muito mais será feito no corrente ano, quer no quartel sede dos bombeiros, quer na secção da Camacha”.

Sobre a taxa Municipal de Proteção Civil, o autarca garantiu que “a taxa vai continuar, até porque os resultados estão à vista”.

Filipe Sousa manifestou ainda a intenção de reforçar o efetivo dos Bombeiros Municipais de Santa Cruz com uma recruta de 30 elementos.

Projeto do município de Oeiras ajuda na prevenção de incêndios

A Câmara Municipal de Oeiras apresentou, no início de janeiro, um Projeto Solidário que abrange os 30 municípios mais afetados pelos incêndios florestais e que representa um investimento de 467 mil euros.

O projeto vai ser operacionalizado através da Municipa, uma empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, que deverá executá-lo um espaço de três meses.

A Municipa vai permitir, aos municípios com área ardida superior a 20%, “elaborar a cartografia topográfica, proceder à demarcação do cadastro das suas propriedades e elaborar cartografia temática que lhes permita um correto

planeamento da rearborização e ordenamento florestal” pode ler-se m comunicado da Câmara Municipal de Oeiras.

O projeto vai ser aplicado aos concelhos que registaram um total de área ardida de mais de 290 mil hectares, entre elas Lousã, Mortágua, Gavião, Vagos, Tondela, Freixo de Espada à Cinta, Penacova, Nelas, Oleiros, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Castelo de Paiva, Vila de Rei, Mangualde, Tábua, Sertã, Vila Nova de Poiares, Seia, Gouveia, Góis, Castanheira de Pera, Marinha Grande, Vouzela, Mira, Arganil, Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Mação, Oliveira do Hospital e Pedrógão Grande.

lisboa



Bombeiros Sapadores de Lisboa mais preparados para o combate a incêndios estruturais

A Câmara Municipal de Lisboa entregou, no dia 17 de janeiro, 850 equipamentos de Proteção Individual aos bombeiros do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa. A cerimónia simbólica ocorreu nas instalações do RSB, na Avenida D. Carlos I, com a presença do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina.

A cerimónia marcou o fim de um processo de entrega aos bombeiros de equipamento de proteção de combate a incêndios estruturais, composto por capacete, cogula,

luvas, botas fogo e fato de combate a incêndios (calça e casaco) e que, de acordo com a autarquia, representa um investimento total de 1 milhão de euros.

Durante o seu discurso, o presidente Fernando Medina referiu que no primeiro semestre de 2018 serão entregues as novas viaturas para renovação da frota de socorro (onde se incluem dez veículos de combate a incêndios urbanos, um veículo plataforma, um veículo tanque tático florestal e outro de apoio ao mergulho e ainda uma ambulância). Está ainda previsto um reforço de 140 efetivos.

Também este ano o Regi-

mento irá contar com um reforço de 140 novos bombeiros.

O autarca anunciou ainda obras de recuperação para modernizar o quartel de Chelas, onde funciona a escola do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa.

“O RSB é um corpo de excelência na proteção e defesa da cidade”, elogiou o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que salientou que “a minha primeira função é proteger a cidade. Há muitas coisas que tenho que fazer, mas que ninguém tenha dúvidas de que proteger a cidade é minha preocupação primordial”.



Pub

Salão Mário
cabelo e barba

Seg. Sex. - 9:00-14:00 / 15:30-19:30 (Sáb. 9 às 14)
R. Aliança Operária 95A - t: 918 593 757

Cervejaria
Restaurante
Maria Henriqueta Santos

MARISCADAS E PETISCOS
refeições para grupos

calçada da Ajuda 79-83
telefones: 213 648 847 e 917 463 512

braga



Sapadores de Braga recebem formação para urgências e primeiros socorros em animais

Dezasseis bombeiros da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga participaram num curso inovador no que respeita a intervenção e socorro a animais de companhia, dia 10 de Janeiro.

Com uma carga horária de 15 horas, este curso, que foi ministrado pela médica veterinária Sara Bacelar, abordou os primeiros socorros necessários em situações de urgência para assegurar a vida dos animais até ser possível a intervenção médico-veterinária especializada.

A grande matriz deste curso é: preservar a vida; impedir o agravamento das lesões; minimizar a dor e ansiedade; transportar o animal em segurança até ao centro de atendimento médico-veterinário.

O dirigente do Secretariado do Norte da ANBP, Ricardo Fernandes, disse ao Alto Risco que também foram discutidos os seguintes parâmetros: noções de anatomia, avaliação dos sinais vitais, triagem ao animal e suas prioridades/patologias.

Algumas das situações de



urgência abordadas foram: hemorragias, choque, obstrução da via aérea, atropelamento/afogamento, hipotermia e lesões de congelação, hipotermia/golpe ocular, hipertermia/perfuração/lesão do tórax/ferida abdominal.

A Lei nº92/95 do qual esta-

belece medidas gerais de proteção dos animais, proibindo a violência injustificada e outros atos que culminam na morte ou sofrimento do animal, mas também estabelece o princípio geral de que todos os animais feridos ou em perigo devem ser socorridos.



ANBP/SNBP reuniu-se em plenário em Braga

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais realizaram um plenário nas instalações da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, no dia 8 de fevereiro, onde abordaram vários temas como as eleições da ANBP que se vão realizar em março.

No plenário discutiu-se as eleições para a ANBP referentes ao quadriénio (2018-2022) e o estatuto dos Bombeiros

Profissionais/negociações com o Ministério da Administração Interna - ponto de situação. Foram também feitos esclarecimentos sobre o descongelamento de carreira, esclarecimentos sobre o ano de 2018, prevenções, formações, feriados e aposentações.

Mais de 40 elementos da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga estiveram presentes na reunião com os representantes da ANBP.

reunião



Limpeza das florestas: novas regras entram em vigor em março

A partir de março há novas regras para a limpeza da floresta portuguesa. As alterações surgem na sequência da alteração à lei dos Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios publicada em Diário da República no dia 14 de fevereiro.

Entre as mudanças previstas está a imposição de uma distância mínima de 10 metros entre as copas de árvores do pinheiro bravo e do eucalipto. As alterações incluem também o povoamento de árvores junto às estradas e aos edifícios.

Em relação a outras espécies, a distância entre as copas

das árvores deve ser, no mínimo, de quatro metros.

De acordo com o Decreto-Lei nº 10/2018 "as regras existentes revelaram-se ineficazes para conter a progressão dos incêndios e para garantir a segurança das pessoas e dos seus bens, pelo que importa proceder à sua revisão". Estas alterações pretendem "propiciar a substituição, nas faixas secundárias de gestão de combustível, de áreas de monocultura ocupadas por espécies mais vulneráveis aos incêndios, por espécies autóctones e mais resilientes ao fogo".

notícias

Auditoria revela que ANPC não cumpriu recomendações

Uma auditoria do Tribunal de Contas (TdC) à Autoridade Nacional de Proteção Civil revela que há uma falta de acompanhamento no financiamento às Associações Humanitárias e uma grande rotatividade dos cargos de direção. Esta auditoria enquadra-se no Plano Trienal 2017-2019 do Tribunal de Contas (TdC) e consta do Programa de Fiscalização para 2017, tendo sido publicada no dia 5 de fevereiro.

Sobre o financiamento às Associações Humanitárias, o TdC diz que depois de um relatório realizado em 2016 "continuou a verificar-se inadequação de diversos procedimentos, quer na ANPC quer no sistema de gestão e controlo dos apoios financeiros concedidos pela ANPC às AHB (e aos seus CB), que totalizou, em 2016, 67,9 ME, relacionados com a reduzida integração e eficiência dos meios informáticos, insuficiência de controlos e falta de fiabilidade dos dados, bem como situações novas que carecem de enquadramento e desenvolvimento regulamentar".

O relatório refere ainda que "detetaram-se divergências na composição do universo das AHB, entre a informação publicitada pela ANPC (412) e o registo no IRN [Instituto de Registo de Notariado] (437), evidenciando falhas na articulação entre

estas entidades".

A auditoria concluiu que a rotatividade de cargos na estrutura da ANPC "refletiu na operacionalidade dos serviços e na delegação de competências, cuja publicação ocorreu vários meses após a designação do titular para o cargo dirigente que, pese embora, a ratificação posterior dos atos praticados, tal consubstancia práticas desadequadas à gestão dos serviços."

Também é indicado que "em 2016, os recursos humanos da ANPC, integravam 592 elementos vinculados à ENB [Escola Nacional de Bombeiros] que, exerciam funções junto do CNOS e dos CDOS, incluindo os Comandantes de Permanência às Operações remunerados pela ANPC através de protocolos celebrados com a ENB e AHB".

Recomendações do relatório

O relatório da auditoria contém uma secção de recomendações para promover "melhorias no sistema de controlo interno elaborando manuais de procedimentos na área administrativa e financeira"; "reforçar a profissionalização dos operacionais, promovendo o desenvolvimento gradual das equipas de sapadores florestais e das equipas de intervenção permanente"; "rever e reforçar a estrutura orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, até ao final do primeiro trimestre de 2018."

internacional

Tempestade Eleanor fez cinco mortos

Cinco pessoas morreram por causa da passagem da tempestade Eleanor, entre os dias 3 e 4 de janeiro, que provocou estragos em Inglaterra, Irlanda, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda, França e Espanha.

Em França morreram três pessoas, entre elas um bombeiro que foi arrastado pela força das águas quando tentava resgatar uma família que se refugiou em cima de um carro. Em Espanha, um casal morreu afogado depois de cair de um cais onde observavam as ondas, tendo sido atingido por uma. Dezenas de pessoas ficaram

feridas em França e na Suíça, devido a queda de árvores ou de outros objetos que foram arrancados pela força do vento, que provocou o descarrilamento de uma carruagem de um comboio, na região de Berna, na Suíça.

De acordo com a agência Reuters, milhares de habitações ficaram sem eletricidade e várias estradas foram cortadas para evitar que as pessoas fossem arrastadas nas suas viaturas por causa da força das águas. A tempestade, cujos ventos chegaram a ultrapassar os 150 quilómetros por hora, provocou também perturbações no tráfego aéreo, levando a cancelamento de voos em vários aeroportos europeus.

Segurança Social deu mais de 4 milhões de euros às vítimas dos incêndios

Entre 15 e 31 de dezembro, a Segurança Social atribuiu 3,9 milhões de euros a seis mil agricultores e 63 mil euros em apoios imediatos às vítimas dos incêndios de outubro.

A secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, disse, à agência Lusa, que os 63 mil euros foram para apoios imediatos para pagamentos de rendas, deslocações, produtos médicos, entre outras situações e foram atribuídos "em função da avaliação social e da necessidade de cada família ou de cada pessoa em concreto".

"Podem ser desde pagamento de rendas para alojamento temporário de famílias que perderam as suas habita-

ções, e que estão a ser recuperadas, até apoio para todas as despesas que seja necessário fazer perante uma situação de perda de rendimento", disse Cláudia Joaquim.

Relativamente aos agricultores afetados, 3,9 milhões de euros foram atribuídos a seis mil agricultores com prejuízos até 1053 euros para reposição da agricultura de subsistência. Segundo a secretária de Estado, "alguns pedidos" ainda estão a ser analisados.

As equipas do Instituto da Segurança Social funcionaram em 33 postos de evacuação nos diversos concelhos afetados, nos quais foi prestado apoio social a "2431 pessoas retiradas" das suas habitações.

JACINTO

Jacinto Marques de Oliveira Sucrs., Lda

Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885-999 Esmoriz - Portugal

Escritórios e Armazéns: Rua do Campo Grande, 132-184
3885-530 Esmoriz - Portugal

Tel: +351 256 750 300
Fax: +351 256 751 481
info@jacinto-lda.com

www.jacinto-lda.com

SEMPRE LIGADOS AO AMBIENTE



distribuição



24 milhões de € investidos em 3 anos

.....

Investimos para promover cada vez melhores práticas ambientais. A nossa energia chega até si de uma forma mais responsável e sustentável.
Este é o caminho que nos liga a si e ao ambiente.

edpdistribuicao.pt



APP edp distribuição
descarregue aqui grátis